



Caderno de Negociação



Número 99 - Março de 2026

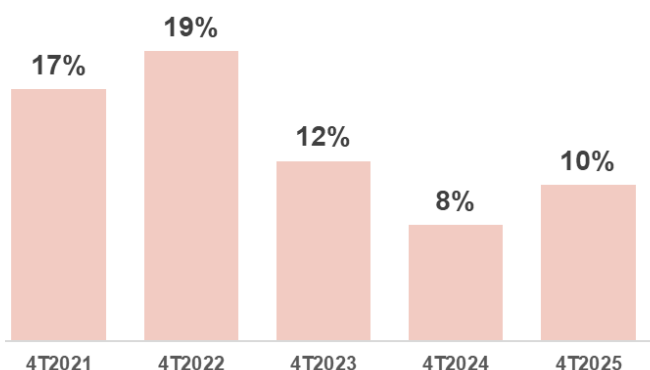
MERCADO DE TRABALHO

Eletricitários: participação do emprego público cai para 10% em 4 anos

Entre 2021 e de 2025, foram criadas 10 mil vagas para trabalhadores na área de *geração, transmissão e distribuição de energia elétrica*, crescimento de 4,3%. No final de 2025, eram 250 mil empregados no setor.

O crescimento ocorreu devido à criação de postos na iniciativa privada. Já entre os trabalhadores do setor público, houve queda de 17% para 10% no emprego total, nesse período.

Proporção de empregados do setor público no setor de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica - Brasil 4T2021 a 4T2025



Fonte: IBGE. Pnad Contínua

No mesmo intervalo, o rendimento médio real dos empregados no setor subiu 7,8% e atingiu R\$ 5.192,00, no fim de 2025. Havia, porém, uma grande diferença interna no segmento: o rendimento médio no setor público era 84% maior do que no privado.

O Sudeste reúne 43% dos ocupados no setor, mas entre o 4º trimestre de 2024 e o de 2025, o maior aumento percentual ocorreu no Centro-Oeste e no Norte.

Número de empregados no setor de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, por região - 4º trimestre de 2025

Região	Em 1.000 pessoas	Distribuição	Varição 2024/2025
Sudeste	107.231	43%	-2,4%
Nordeste	62.204	25%	-8,9%
Sul	28.260	11%	-22,1%
Centro-Oeste	28.138	11%	+55,7%
Norte	24.444	10%	+31,2%
Brasil	250.278	100%	-0,3%

Fonte: IBGE. Pnad Contínua

Modelo de negócios é a terceirização

Os principais grupos econômicos do setor elétrico no Brasil possuem uma estrutura de emprego marcada por amplo uso de trabalhadores indiretos, o que indica forte presença de terceirização. Em empresas como Enel, Cemig e EDP Brasil, os vínculos indiretos representavam mais de 80% do total. Em contraste, Energisa e Celesc tinham mais empregados diretos. A Eletrobras não apresentou dados sobre trabalhadores indiretos.

É predominante a presença masculina na categoria, mas, em grupos como Equatorial e Neoenergia, a participação feminina é maior.

Distribuição dos empregados nos 10 principais grupos econômicos do setor elétrico¹ - 2024

Grupos	Empregados Diretos			Empregados indiretos	
	Homens	Mulheres	% diretos	Nº abs	% indiretos
Enel	7.747	1.538	19,4%	38.525	80,6%
Neoenergia	12.231	3.297	37,3%	26.414	62,7%
Cemig	4.323	705	13,5%	32.477	86,5%
Energisa	14.066	3.385	71,8%	6.845	28,2%
Equatorial	7.719	4.146	21,5%	43.363	78,5%
Copel¹	4.547	1.257	40,0%	8.708	60,0%
Eletrobrás²	6.137	1.573	100,0%	-	-
Light¹	4.202	1.021	37,6%	8.656	62,4%
EDP Brasil	2.296	807	17,0%	15.156	83,0%
Celesc	2.868	898	50,1%	3.758	49,9%

Fonte: Demonstrações Financeiras das empresas

Nota: 1) No Caso da Copel, os dados são de 2023; no da Light, de 2021

2) Não há dados diretos sobre empregos indiretos/terceirizados

Segurança e saúde no trabalho dos eletricitários

Os eletricitários atuam em ambientes perigosos, expostos a choques elétricos, queimaduras, quedas de altura, além de outros riscos associados à operação, manutenção e instalação de sistemas elétricos. As entidades sindicais de trabalhadores têm papel importante na preservação da saúde da categoria e na promoção da segurança no trabalho por meio da negociação de cláusulas em acordos e convenções coletivas.

Alguns exemplos de cláusulas:

CAPACITAÇÃO - Considerando o crescente uso de novas tecnologias nos processos de trabalho relacionados à geração, transmissão e distribuição de energia, o que demanda novos perfis dos trabalhadores do setor, a Empresa possibilitará o acompanhamento, pelo Sindicato, da elaboração, execução e avaliação das ações de treinamento a serem desenvolvidas pelas áreas responsáveis na empresa.

Parágrafo Primeiro: A adoção de novas tecnologias que ofereçam risco ao emprego dos trabalhadores deverá ser discutida com o Sindicato, visando à redução de impactos.

CIPA - Para assegurar melhores condições de saúde e segurança aos empregados, a Empresa com-

promete-se a estimular o funcionamento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), adotando as seguintes providências: a) Incrementar a atuação da Cipa nas áreas de saúde e segurança do trabalho; b) Promover a atualização periódica do conteúdo programático dos cursos de segurança, higiene, e medicina do trabalho.

ACIDENTE DE TRABALHO - Em caso de acidente de trabalho, a Empresa prestará assistência médico-hospitalar, suportando as despesas de transporte, alimentação e medicamentos, até a internação.

Parágrafo primeiro: Precisando o trabalhador vítima por acidente de trabalho ser removido para localidade diferente do espaço de trabalho, por determinação médica, além das despesas citadas no *caput*, a empresa arcará com os custos inclusive de retorno, adiantando ainda a ele valor equivalente à metade do salário mensalmente pago.

MEDICAMENTO PARA ACIDENTADOS - A Companhia se compromete a pagar 100% do valor dos medicamentos necessários ao restabelecimento dos empregados vítimas de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais comprovadamente adquiridas na empresa, mediante apresentação de receita médica e *nota fiscal*.

GREVES

2025 foi marcado por greves

Em 2025, foram registradas 1.006 greves em todo o país, aumento de 14% em relação a 2024. Pouco mais da metade dessas mobilizações (54%) foi realizada por trabalhadores da esfera privada; 39% por servidores públicos; e 7% por funcionários de estatais.

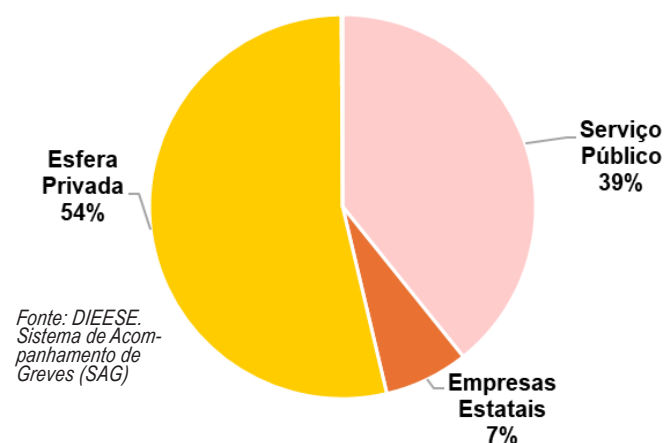
As greves dos serviços corresponderam a mais de dois terços (69%) das mobilizações na esfera privada. Trabalhadores nos transportes, em especial no rodoviário urbano coletivo, foram responsáveis por 24% das greves; os que atuam em atividades de limpeza e conservação, além de preparo de refeições coletivas, portaria e recepção, por 22%. A demanda por regularização de salários atrasados foi a mais frequente, presente em 43% das greves na esfera privada, seguida por questões relativas à alimentação (em 36%). O reajuste salarial veio em terceiro lugar em frequência (em 22%).

Cerca de dois terços (65%) das greves de servidores públicos ocorreram no nível municipal e quase metade (48%), na educação. Reivindicações por reajuste salarial (em 54% das mobilizações), protestos contra governos (em 51%) e por mais investi-

mentos (em 50%) foram mais frequentes.

Trabalhadores urbanitários foram responsáveis por 25% das greves nas empresas estatais e os das comunicações, majoritariamente dos Correios, por 24%. Questões referentes às condições de trabalho apareceram em 32% das paralisações e reajuste dos salários, em 24%.

Greves por esfera - Brasil, 2025



Fevereiro: 88,6% das negociações têm ganhos reais

Em fevereiro de 2026, 88,6% dos 114 reajustes registrados no Mediador até 9 de março resultaram em ganhos acima da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A variação real média (além da inflação) das negociações dessa data-base foi de 1,44%.

Distribuição dos reajustes salariais em relação ao INPC-IBGE e variação real média -Brasil, últimos 12 meses

Data-base	Comparação com a variação do INPC			Variação real média	Reajustes analisados
	Acima	Iguais	Abaixo		
Mar/25	82,6%	10,8%	6,6%	0,80%	2.796
Abr/25	60,2%	28,2%	11,6%	0,68%	980
Mai/25	74,7%	15,5%	9,8%	0,75%	7.658
Jun/25	80,5%	13,9%	5,6%	0,84%	1.737
Jul/25	70,6%	14,4%	15,0%	0,81%	1.207
Ago/25	80,2%	11,2%	8,6%	0,69%	995
Set/25	73,7%	17,6%	8,7%	0,72%	1.305
Out/25	77,5%	13,4%	9,1%	0,78%	769
Nov/25	83,7%	14,3%	2,0%	1,06%	855
Dez/25	83,6%	13,6%	2,9%	1,39%	140
Jan/26	89,2%	8,6%	2,2%	1,92%	987
Fev/26	88,6%	3,5%	7,9%	1,44%	114
Total 12 meses	77,0%	14,6%	8,4%	0,84%	19.543
Total 2026	89,1%	8,1%	2,8%	1,87%	1.101

No retrospecto dos últimos 12 meses das principais categorias que devem agora entrar em negociação coletiva, destacam-se os desempenhos dos empregados no turismo e hospitalidade e dos comerciários, com ganhos reais em mais de 86% dos resultados. Por outro lado, nas negociações dos profissionais liberais, apenas 44,8% conseguiram reajustes acima do INPC.

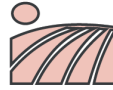
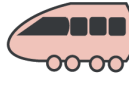
Quanto aos pisos salariais das mesmas categorias, em igual período, o maior valor médio foi verificado entre os profissionais liberais (R\$ 3.480); e o menor, entre os têxteis (R\$ 1.722).

Valor médio dos pisos, em reais, por categorias selecionadas - Brasil, últimas 12 datas-bases

Categorias	Piso médio	Nº de pisos
Alimentação	R\$ 1.862	1.594
Comerciários	R\$ 1.777	1.992
Educação privada	R\$ 1.870	170
Metalúrgicos	R\$ 1.977	1.086
Processamento de dados	R\$ 1.747	51
Profissionais liberais	R\$ 3.480	307
Rurais	R\$ 1.797	883
Saúde privada	R\$ 1.763	738
Têxteis	R\$ 1.722	166
Transportes	R\$ 2.006	4.114
Turismo e hospitalidade	R\$ 1.744	1.735
Urbanitários	R\$ 1.868	124

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, Mediador. IBGE, INPC. Elaboração: DIEESE. Obs.: Dados atualizados até 09/03/2026

Distribuição dos reajustes salariais em relação à variação do INPC-IBGE e variação real média, por categorias selecionadas - Brasil, últimas 12 datas-bases

ALIMENTAÇÃO			COMERCIÁRIOS			EDUCAÇÃO PRIVADA			METALÚRGICOS		
	Acima	76,5%		Acima	86,1%		Acima	53,0%		Acima	79,1%
	Igual	16,3%		Igual	10,4%		Igual	34,8%		Igual	16,2%
	Abaixo	7,2%		Abaixo	3,6%		Abaixo	12,2%		Abaixo	4,7%
	Variação média real	0,76%		Variação média real	0,70%		Variação média real	0,23%		Variação média real	1,01%
	Total (nº de reajustes)	1.586		Total (nº de reajustes)	2.023		Total (nº de reajuste)	279		Total (nº de reajuste)	1.190
PROCESSAMENTO DE DADOS			PROFISSIONAIS LIBERAIS			RURAIS			SAÚDE PRIVADA		
	Acima	60,9%		Acima	44,8%		Acima	63,1%		Acima	53,5%
	Igual	21,9%		Igual	39,3%		Igual	12,9%		Igual	21,1%
	Abaixo	17,2%		Abaixo	15,8%		Abaixo	23,9%		Abaixo	25,3%
	Variação média real	0,27%		Variação média real	0,17%		Variação média real	0,54%		Variação média real	0,65%
	Total (nº de reajustes)	64		Total (nº de reajustes)	366		Total (nº de reajustes)	735		Total (nº de reajustes)	762
TÊXTEIS			TRANSPORTES			TURISMO E HOSPITALIDADE			URBANITÁRIOS		
	Acima	80,6%		Acima	30,6%		Acima	89,1%		Acima	58,5%
	Igual	13,1%		Igual	11,6%		Igual	4,6%		Igual	34,1%
	Abaixo	6,2%		Abaixo	7,7%		Abaixo	6,3%		Abaixo	7,4%
	Variação média real	0,74%		Variação média real	0,93%		Variação média real	1,41%		Variação média real	0,24%
	Total (nº de reajustes)	160		Total (nº de reajustes)	3.875		Total (nº de reajustes)	1.714		Total (nº de reajustes)	176

Fevereiro: custo da cesta básica aumentou em 14 capitais

O valor do conjunto dos alimentos básicos aumentou em 14 capitais e diminuiu em outras 13 onde o DIEESE, em parceria com a Conab, realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. Entre janeiro e fevereiro de 2026, as principais altas ocorreram em Natal (3,52%), João Pessoa (2,03%), Recife (1,98%), Maceió (1,87%), Aracaju (1,85%), Vitória (1,79%), Rio de Janeiro (1,15%) e Teresina (1,07%).

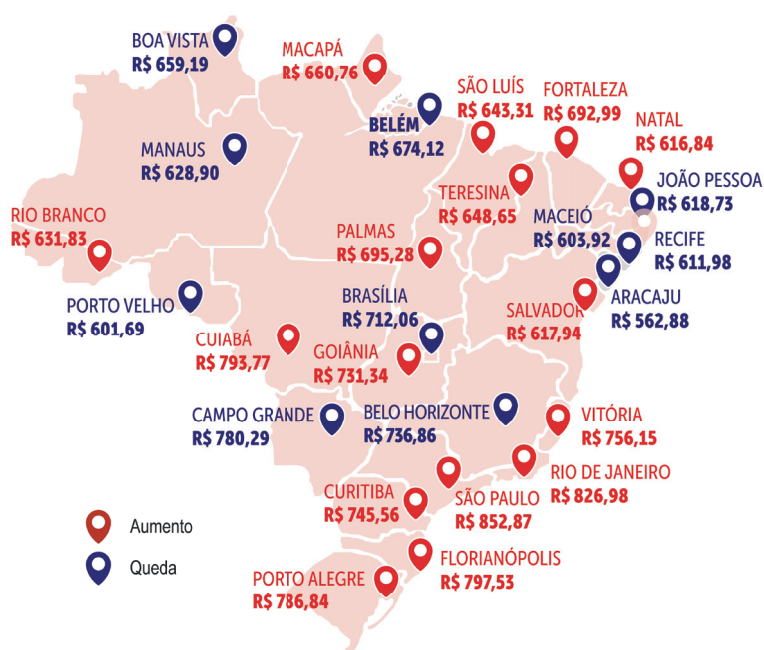
As variações mais importantes foram percebidas nos seguintes itens:

Feijão – O valor subiu em 26 capitais. Tanto o grão preto quanto o grão carioca registraram aumento. As altas de preços se deveram à oferta restrita, às dificuldades de colheita e à menor área de produção, em relação a 2025.

Carne bovina de 1ª – O preço aumentou em 20 capitais devido à menor oferta de animais prontos para o abate e ao bom desempenho das exportações.

Leite integral UHT – O preço diminuiu em 15 capitais.

Custo e variação da Cesta Básica de Alimentos em 27 capitais - Brasil – fevereiro



Fonte: DIEESE/Conab

Salário mínimo necessário (SMN) e salário mínimo oficial – fevereiro de 2026

Salário Mínimo Necessário	R\$ 7.164,97
Salário Mínimo	R\$ 1.621,00
SMN em relação ao Salário Mínimo	4,42

Fonte: DIEESE

A importação de derivados lácteos ainda resultou em queda no varejo.

Arroz agulhinha – O valor do quilo diminuiu em 16 cidades pesquisadas. O avanço das importações foi responsável pelo barateamento do grão.

Açúcar – O preço diminuiu em 20 capitais. Mesmo em período de entressafra, a baixa demanda pressionou os preços para baixo.

Café em pó – O preço foi menor em 21 cidades pesquisadas. A perspectiva de safra recorde e a menor exportação explicaram as quedas no varejo.

Óleo de soja – O custo foi menor em 26 capitais. Maior oferta e a desvalorização do dólar diante do real foram os responsáveis pela queda.

Na comparação nos 12 meses, possível apenas para 17 capitais onde a pesquisa já era feita em fevereiro de 2025, o custo dos alimentos da cesta básica teve queda em 12 cidades e aumentou em cinco.

Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE) - (mar/25 a fev/26)

INPC - IBGE	12 meses (%)
Índice Geral	3,36
- Alimentação e bebidas	1,28
- Alimentação no domicílio	-0,25
- Alimentação fora do domicílio	6,71

Índices de inflação - IBGE

Índices de inflação	Variação em fev/2026 (%)	Variação de mar/25 a fev/26 (%)	Projeção de inflação		
			abr/25 a mar/26 (%)	mai/25 a abr/26 (%)	jun/25 a mai/26 (%)
INPC-IBGE	0,56	3,36	3,29	3,28	3,24
IPCA-IBGE	0,70	3,81	3,69	3,73	3,78

Fonte: IBGE; Banco Central do Brasil. A projeção de inflação foi realizada em 20/03: para março, 0,44%; para abril, 0,47%; e para maio, 0,31%

Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE) Município de São Paulo, fevereiro de 2026

Fevereiro	Variação 12 meses (mar/25 a fev/26)			
Mensal	Geral	Estrato 1	Estrato 2	Estrato 3
0,05%	3,19%	3,28%	3,11%	3,19%

Fonte: DIEESE

Obs: O estrato 1 corresponde à estrutura de gastos de 1/3 das famílias da amostra, as mais pobres (renda média = R\$ 2.647,00); o estrato 2 contempla os gastos das famílias com nível intermediário de rendimento (renda média = R\$ 6.987,00); e o 3º estrato reúne aquelas de maior poder aquisitivo (renda média = R\$ 31.905,00). Todas as rendas médias são referentes a valores de janeiro de 2026